

#DeOlhoNaMetrópole

CONHEÇA A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

ORGANIZAÇÃO

LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

TEREZINHA CABRAL DE ALBUQUERQUE NETA BARROS

RAQUEL MARIA DA COSTA SILVEIRA

FABIANO JORGE SOARES



De Olho Na Metrópole

CONHEÇA A
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

ORGANIZAÇÃO

LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA
TEREZINHA CABRAL DE ALBUQUERQUE NETA BARROS
RAQUEL MARIA DA COSTA SILVEIRA
FABIANO JORGE SOARES

EDITORACÃO

FABIANO JORGE SOARES

JUNHO | 2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

D278

De olho na metrópole Natal [recurso eletrônico]: conheça a região metropolitana de Natal / organizado por Lindijane de Souza Bento Almeida... [et al.]. 1. ed. – Natal: Núcleo Avançado de Políticas Públicas, 2021.

Recurso digital

Formato: EBOOK

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-994911-0-8 (recurso eletrônico)

1. Região metropolitana – Natal. 2. Desenvolvimento urbano. 3. Gestão metropolitana. 4. Planejamento urbano. 5. Política urbana. 6. Política ambiental. I. Almeida, Lindijane de Souza Bento Almeida... [et al.]. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU

711.4(813.2)

APRESENTAÇÃO

O Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles vem, há mais de 20 anos, realizando estudos acadêmicos e apoiando experiências de planejamento na Região Metropolitana de Natal por entender a importância que as metrôpoles assumem ao concentrarem intensas dinâmicas sociais e econômicas nos estados brasileiros.

A despeito do papel fundamental de um planejamento e de uma gestão com foco na metrópole, constatamos a necessidade de que nossos problemas e nossos desafios sejam conhecidos por gestores públicos e pela sociedade.

Nesse sentido, o presente e-book tem por intenção contribuir com o fornecimento de informações atuais, rápidas e não menos profundas sobre a metrópole do estado do Rio Grande do Norte, problematizado alguns de seus desafios atuais.

Neste documento, apresentamos questões que necessitam, por sua complexidade, estar em constante debate, para que possamos avançar não apenas no estudo desse território, mas, principalmente, para que possamos reunir esforços em prol de uma gestão metropolitana. O nosso objetivo é estimular a concretização de ações e estratégias voltadas ao atendimento das crescentes demandas que atingem o dia a dia dos cidadãos que vivem e trabalham na metrópole, através, primeiramente, da superação das dificuldades na cooperação e coordenação e também da canalização de esforços para a construção dos consensos.

Enquanto pesquisadores que possuem o olhar voltado à metrópole, reunimos neste trabalho o conhecimento que advém de nossas pesquisas, utilizando textos curtos com linguagem acessível, justamente porque acreditamos que todos podem, vivenciando e conhecendo, compreender e contribuir com o debate sobre o futuro da Região Metropolitana de Natal!

Convidamos você a realizar, mais do que uma leitura, uma reflexão sobre temas que permeiam o seu dia a dia na metrópole. Este e-book inicia-se com uma

apresentação sobre o projeto de extensão “Fóruns de Imersão Local: questão metropolitana e desenvolvimento urbano a partir do Estatuto da Metrópole”, para que seja possível compreender a conjunção de esforços que resultaram nesta publicação. Em seguida, apresentamos a Região Metropolitana de Natal — abordando a importância das metrópoles e o papel de um cidadão metropolitano. Os capítulos também indicam como as políticas setoriais influenciam e podem ser influenciadas por uma gestão metropolitana.

Nesse sentido, você encontrará debates em torno da política urbana, ambiental, da governança da água e dos resíduos sólidos, do mercado de trabalho, do gasto social, das possibilidades e perspectivas para a RMNatal à luz dos resultados das últimas eleições, do contexto pandêmico, das inovações tecnológicas e do planejamento governamental.

Desejamos uma excelente leitura, repleta de aprendizados e reflexões.

Lindijane de Souza Bento Almeida

Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros

Raquel Maria da Costa Silveira

Fabiano Jorge Soares

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Mapa com os municípios da Região Metropolitana de Natal a partir do ano de inserção
- Figura 02 – Fluxo de veículos entre as cidades de Natal e Parnamirim nos horários de pico, entre as 7h e 9h – 18h e 20h
- Figura 03 – Imagem de conjunto habitacional na Região Metropolitana de Natal, 2018
- Figura 04 – Imagem do lixão em Ceará-Mirim, 2018
- Figura 05 – Gráfico referente ao número de habitantes e eleitores na Região Metropolitana de Natal
- Figura 06 – Figura 06 – Tráfego intenso de veículos em Natal durante o início da tarde entre Natal e Parnamirim
- Figura 07 – Gráfico referente à taxa de ocupação de leitos entre abril e outubro de 2020
- Figura 08 – Descarte inadequado de resíduos sólidos em Natal
- Figura 09 – Acúmulo de resíduos sólidos na Estação de Transbordo de Natal/RN (bairro de Cidade Nova)
- Figura 10 – Desafios da gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de Natal
- Figura 11 – Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal
- Figura 12 – Principais corpos aquáticos na Região Metropolitana de Natal
- Figura 13 – Principais bacias hidrográficas na Região Metropolitana de Natal
- Figura 14 – Gráfico de participação da população ocupada por posição de ocupação na Região Metropolitana de Natal no 1º trimestre de 2020
- Figura 15 – Gráfico de receita fiscal dos municípios do Rio Grande do Norte — receita própria e transferência intergovernamental em 2018
- Figura 16 – Mapa da RMNatal com gasto social em relação à despesa total (em %) em 2018
- Figura 17 – Mapa da RMNatal com gasto urbano em relação à despesa total (em %) em 2018
- Figura 18 – Extensão da Rede de dados Eletronet, detalhe
- Figura 19 – Extensão das Redes Giga Natal (amarelo) e Giga MetrÓpole (azul)
- Figura 20 – Oficina de Elaboração do Plano Plurianual

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Indicadores do IDRUCS e resultado final para a RMN

Tabela 02 – Eleitores da Região Metropolitana de Natal e partido dos prefeitos eleitos (2020)

SUMÁRIO

CONHEÇA O PROJETO DE EXTENSÃO.....	10
A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	13
O QUE É UMA REGIÃO METROPOLITANA?	16
O QUE É SER CIDADÃO METROPOLITANO?	18
O QUE É UMA POLÍTICA URBANA NA METRÓPOLE?	20
GESTÃO DA PANDEMIA NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA	22
POLÍTICAS AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA	24
O QUE É UMA POLÍTICA HABITACIONAL NA METRÓPOLE?	27
GOVERNANÇA DA ÁGUA NA REGIÃO METROPOLITANA.....	29
A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	31
QUAL A SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DA RMN?	33
QUAL A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL?	35
ASPECTOS FISCAIS DA RMNATAL GASTO SOCIAL	37
ELEIÇÕES 2020 E A METRÓPOLE	41
A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E AS INFOVIAS.....	44
É POSSÍVEL PLANEJAR EM NÍVEL METROPOLITANO?	47

CONHEÇA O PROJETO DE EXTENSÃO

FÓRUNS DE IMERSÃO LOCAL: QUESTÃO METROPOLITANA A PARTIR DO ESTATUTO DA METRÓPOLE

O Observatório das Metrôpoles atualmente integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq, e nos próximos anos manterá como objetivo dar continuidade e desdobramentos às suas atividades de pesquisa, formação de recursos humanos, extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos com a questão metropolitana.

Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as cinco grandes regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades desenvolvidas pelo Observatório permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do País e suas relações com as desigualdades regionais.

O Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles, desde 2018, vem desenvolvendo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte o projeto de extensão intitulado “Fóruns de Imersão Local: questão metropolitana e desenvolvimento urbano a partir do Estatuto da Metrópole”, o qual parte do pressuposto que a organização social, econômica e política da Região Metropolitana de Natal (RMN) é de suma importância para compreender e refletir sobre os desafios a serem enfrentados na busca de uma governança metropolitana. A equipe desse projeto busca refletir com os atores locais a relevância do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado à luz do Estatuto das Metrôpoles. Para que a RMN ultrapasse o status de desenho institucional, passando a constituir-se como território capaz de produzir políticas públicas aptas a solucionarem problemas comuns, devendo, portanto, sua agenda, como a de toda região metropolitana brasileira, ser incluída no planejamento governamental.

O referido projeto, que contou com o apoio institucional da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN, realizou edições dos fóruns nos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante (SGA) e Macaíba até o ano de 2019.

No segundo semestre de 2017, foi iniciado um fórum piloto, o Fórum de Imersão com a Gestão, que incluía no público-alvo os secretários de planejamento dos municípios da Região Metropolitana de Natal, cujo tema foi "Planejamento Governamental — Plano Plurianual (PPA)". O Fórum de Imersão com a Gestão foi

#DeOlhoNaMetrópole

realizado nas dependências do Departamento de Políticas Públicas e contou com a parceria do Observatório das Metrópoles Núcleo Natal e da Prefeitura do Natal (PMN), através da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA).

Os participantes foram os representantes das secretarias de planejamento ou áreas afins dos municípios de Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, SGA, Macaíba, Extremoz, Nísia Floresta, Monte Alegre e Goianinha. Como metodologia, adotamos dois momentos, sendo eles: 1º momento — palestras (Observatório e PMN) e 2º momento — discussão em grupos de trabalhos com a aplicação da técnica dos grupos focais.

Em 2018, foram realizados os fóruns dos municípios de Natal e Parnamirim, mas com a junção dos atores sociais e gestores municipais em um mesmo fórum, com o objetivo de promover a integração entre os municípios metropolitanos e a sociedade, assim como otimizar recursos.

Em 2019, os municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante receberam o projeto. Em 2020, estava prevista a realização de 2 fóruns com 4 municípios, sendo eles: Ceará-Mirim, Maxaranguape, São José de Mipibu e Nísia Floresta. Planejava-se realizar 2 fóruns, que deveriam contar, cada um, com dois dos municípios citados.

No ano de 2020, com os desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus, não foi possível dar continuidade às edições presenciais que ocorreriam em outros municípios metropolitanos. A fim de dar continuidade às atividades do projeto que tinham como uma de suas finalidades colocar na agenda pública local a questão do desenvolvimento urbano-metropolitano em período de significativa importância para o debate metropolitano em face do momento eleitoral, foi necessário adaptar a proposta para o contexto remoto.

Dessa forma, surgiram as cartilhas #DeOlhoNaMetrópole, as quais foram publicadas semanalmente nas redes sociais do Observatório das Metrópoles (Núcleo Natal) como forma de gerar conhecimento sobre temas de destaque na RMN e para estimular o debate metropolitano no período eleitoral. Foram publicadas 13 cartilhas em 2020 e uma edição especial em 2021, além de ter havido um evento virtual para o lançamento das cartilhas e formação de parcerias.

Como resultado das discussões realizadas para fins da elaboração das referidas publicações, o Núcleo Natal ainda lançou a Carta-Compromisso às Candidatas e aos Candidatos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais nas

#DeOlhoNaMetrópole

Eleições 2020, a fim de que os assinantes explicitassem seu compromisso com o diálogo e a gestão metropolitana.

A presente publicação representa a compilação de todas as cartilhas publicadas, com riqueza de conteúdo e em linguagem acessível. A intenção é gerar novos conhecimentos e debates acerca da RMN. Convidamos todas e todos a realizarem a leitura e a divulgação deste material, para que possamos, nos próximos anos, articular um amplo leque de atores locais na discussão sobre os principais obstáculos e desafios para o desenvolvimento urbano-metropolitano da RMN.

No cenário atual, novas perspectivas se abrem: diante da necessidade do poder Executivo elaborar o Plano Plurianual em 2021, o projeto terá como finalidade debater com os gestores municipais a importância de buscar o diálogo com os demais entes sobre cada tema considerado como problema comum, a fim de que os entes metropolitanos possam pensar em conjunto novas ações que deverão estar expressas em seus planos. Além disso, o projeto chamará atenção para o planejamento participativo, o qual se destaca pela relevância de planejar com os atores sociais, políticos e gestores.

Considerando a existência de diversos problemas comuns (como questões urbanas, gestão dos resíduos sólidos, habitação, transporte público, dentre outros destacados na presente publicação), o melhor caminho a adotar é o planejamento compartilhado. Nesse sentido, os municípios podem e devem dialogar durante a elaboração dos PPAs, identificando seus principais entraves e construindo ações que possam estar presentes em cada um dos planos plurianuais, sendo este o primeiro passo para a execução de políticas compartilhadas. Um PPA elaborado a partir da participação dos municípios metropolitanos viabilizará a solução dos problemas comuns. O viés participativo, por sua vez, possibilitará a construção de ações priorizadas pela própria sociedade.

Lindijane de Souza Bento Almeida

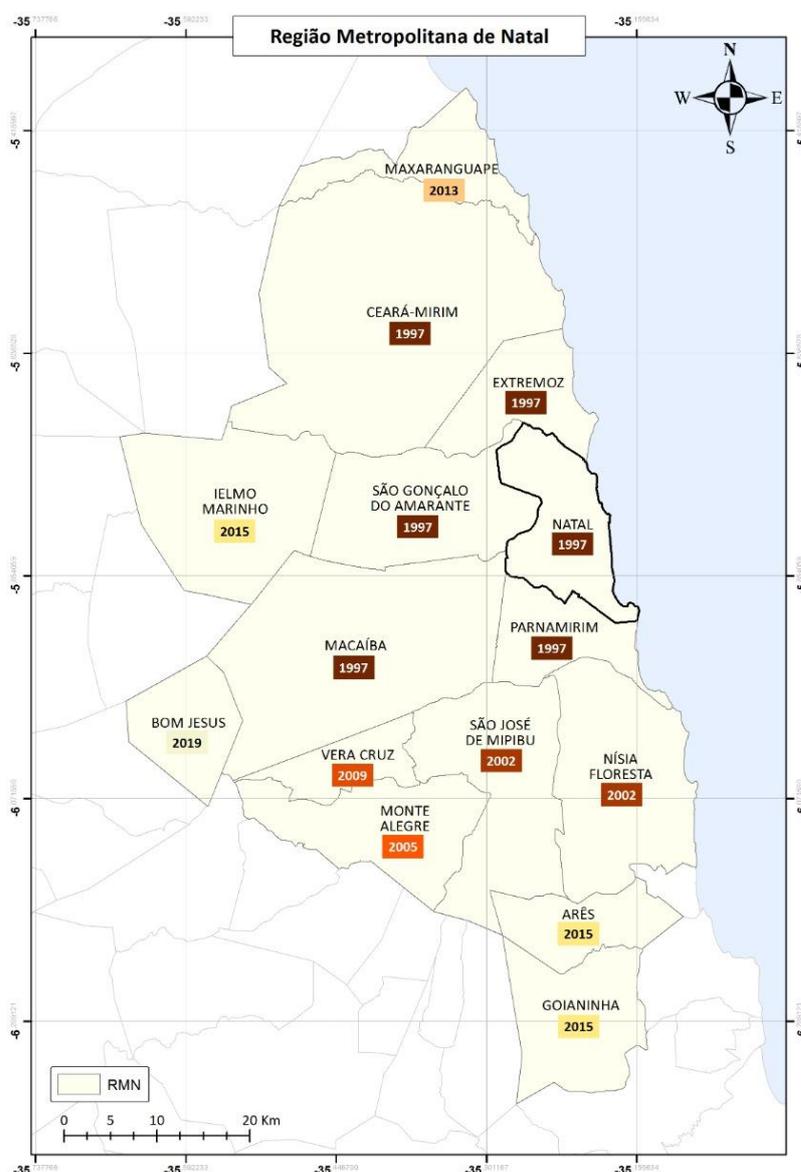
Raquel Maria da Costa Silveira

A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

A Região Metropolitana de Natal: quando foi constituída?

A Região Metropolitana de Natal (RMN) foi criada através da Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997.

Figura 01 – Mapa com os municípios da Região Metropolitana de Natal a partir do ano de inserção



Fonte: Observatório das Metrôpoles — Núcleo Natal, elaborado por Rodolfo Finatti e Bruno Silva (2019).

#DeOlhoNaMetrópole

Quais municípios fazem parte da RMN atualmente?

A RMN possui uma área de 3.677,806 km². Já em relação à população, segundo o IBGE (2020), a RMN abriga cerca de 1.631.016 habitantes (sendo 890.480 residentes em Natal). Ao todo, 1.371.945 pessoas residem nos municípios que integram a Grande Natal: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz.

Os 15 municípios da RMN têm 994.394 eleitores, o que corresponde a 41% do total de eleitores do estado de acordo com o TSE (2018), sendo 811.513 eleitores da Grande Natal.

Figura 02 – Fluxo de veículos entre as cidades de Natal e Parnamirim nos horários de pico, entre as 7h e 9h – 18h e 20h



Fonte: Acervo próprio OM (2019).

#DeOlhoNaMetrópole

E quem administra a RMN?

A instituição responsável pela gestão da RMN é o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal (CDMN). O CDMN, de modo similar à criação da RMN, ocorreu mediante a promulgação da LCE nº 152/1997.

Qual a composição do CDMN?

O CDMN é composto, atualmente, por 18 membros, sendo eles: 1 representante do Estado do RN (secretário da SEPLAN — presidente), 1 representante de cada município da RMN (prefeito ou seus representantes legais), 1 representante do Parlamento Comum (vereador) e 1 representante da Assembleia Legislativa do Estado do RN (deputado estadual).

Quais são as atribuições e competências do CDMN?

O conselho tem como atribuições e competências, conforme o art. 2º da LCE nº 152/1997: promover a integração e uniformização dos serviços comuns e interesses da RMN; permitir a execução de obras e serviços públicos e fiscalizá-las; estimular a resolução de problemas comuns; garantir a integração do planejamento das funções e serviços públicos; analisar e aprovar o Plano de Desenvolvimento; aprovar os Planos Plurianuais de investimentos públicos.

O que é uma Região Metropolitana (RM)?

É uma área formada por um conjunto de municípios próximos que foram se unindo através do tempo (conurbação), sendo integrados a uma cidade central, chamada de metrópole. As cidades que formam esse conjunto partilham indústrias, infraestruturas, saúde, lixo, transporte e etc., exercendo influência no espaço urbano pela sua importância econômica e política.

Qual a legislação sobre RMs no Brasil?

No Estatuto da Metrópole (lei 13.089) se encontram as diretrizes para as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas estabelecidas pelos estados.

Figura 03 – Imagem de conjunto habitacional na Região Metropolitana de Natal, 2018.



Fonte: Acervo próprio OM (2018).

#DeOlhoNaMetrópole

Quais os benefícios de estar integrado a uma RM?

As cidades que fazem parte das RMs geralmente conseguem gerir melhor seus problemas, proporcionando maior qualidade de vida, com melhores infraestruturas, serviços de saúde, educação e maiores ofertas de empregos para sua população.

A importância de compartilhar ações em uma RM?

É essencial para a resolução dos problemas comuns nas cidades da RM o compartilhamento de ações, gerando resultados positivos como a ampliação do diálogo entre os governos e a economia de custos entre os entes governamentais.

Quais os problemas gerados pelo não compartilhamento de ações?

Não havendo o compartilhamento de ações em uma RM, as cidades ficam limitadas às suas gestões locais. Isso provoca uma limitação no planejamento urbano e regional.

Figura 04 – Imagem do lixão em Ceará-Mirim, 2018.

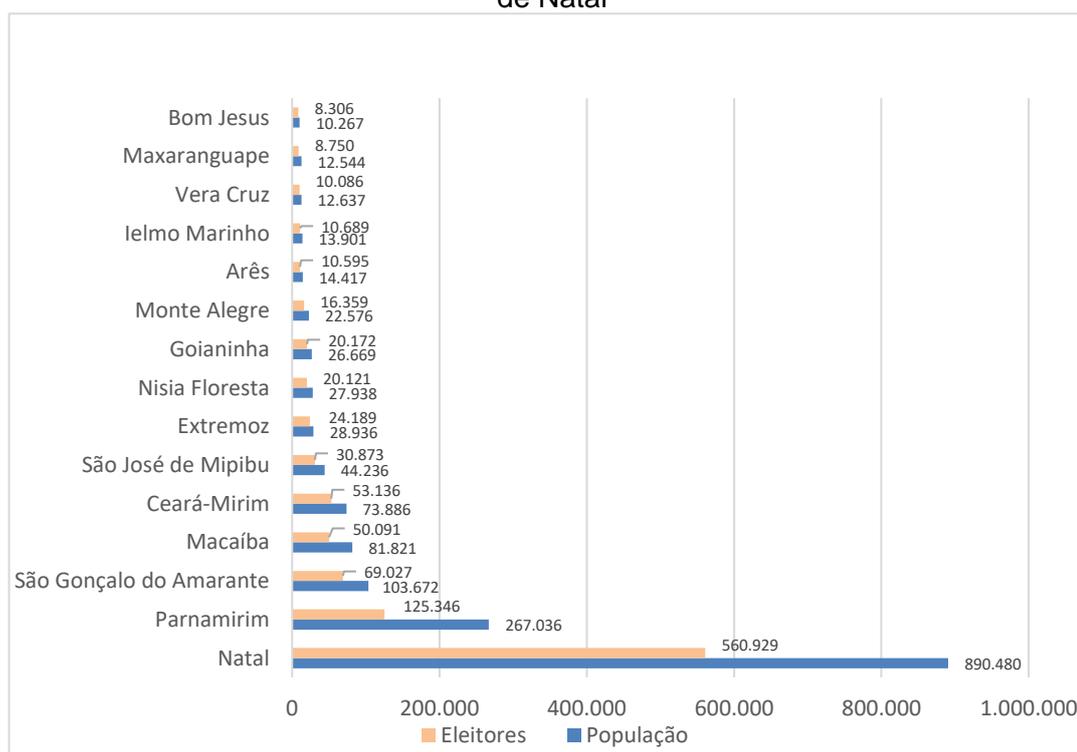


Fonte: Acervo próprio OM (2018).

O que é ser cidadão metropolitano?

Todos nós moramos em um município. Mas existem outros que também moram em uma região metropolitana. Isso ocorre porque estas regiões são formadas pelo agrupamento de municípios. Assim, um cidadão metropolitano é aquele que mora, usa, se desloca, se diverte, trabalha e estuda em diversos municípios que fazem parte de uma metrópole. Este cidadão, ou cidadã, sente os problemas e compartilha as soluções municipais e metropolitanas — daí a importância em sua participação nas discussões sobre as políticas públicas.

Figura 05 – Gráfico referente ao número de habitantes e eleitores na Região Metropolitana de Natal



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2020).

#DeOlhoNaMetrópole

O que é identidade metropolitana?

Nem todos se reconhecem como morador de uma região metropolitana. Isso ocorre devido ao nível de integração entre alguns municípios – por vezes, não notamos quando “saímos” ou “entramos” em um município metropolitano. Por outro lado, alguns municípios ainda possuem grandes áreas rurais entre as cidades, o que pode sugerir certo isolamento social. De qualquer forma, os cidadãos de ambos estão inseridos na região metropolitana e precisam reconhecer suas vivências e rotinas em mais de um município, por exemplo ao estudar, trabalhar, se divertir ou realizar compras. Assim, começam a entender, participar e cobrar melhorias aos gestores públicos da metrópole.

Qual o papel do gestor metropolitano?

Reconhecer o município metropolitano não é só tarefa do cidadão e usuário. O gestor público municipal e estadual precisa pensar e agir conforme as demandas geradas nesta região, buscando ampliar os efeitos de soluções integradas, auxiliar e colaborar com municípios vizinhos, buscar soluções técnicas, ambientais, econômicas e sociais que garantam melhor qualidade de vida a todos. O vereador deve também legislar considerando os desafios da metrópole, ampliando o esforço coletivo de construir uma região metropolitana justa, equilibrada e saudável.

O que é uma política urbana na metrópole?

Todo município deve realizar um conjunto de ações, planos, programas, projetos e obras que tragam qualidade de vida aos seus moradores, contribuindo com o pleno desenvolvimento urbano. Por exemplo, abastecimento de água, esgotamento sanitário, moradia digna, transporte acessível e ruas pavimentadas são alguns direitos garantidos na Constituição brasileira. Quando temos uma cidade que se “encontra” com outra, isto é, as ruas de dois municípios estão ligadas, assim como suas quadras e lotes, temos uma situação que exige uma política urbana metropolitana, ou seja, soluções conjuntas para resolver problemas comuns. Para isso, dois ou mais municípios precisarão somar esforços para levar melhorias urbanas às duas comunidades.

Figura 06 – Tráfego intenso de veículos em Natal durante o início da tarde entre Natal e Parnamirim



Fonte: Magnus Nascimento, 2019.

Quais os principais desafios à política urbana na metrópole?

Ordenar o crescimento da metrópole exige colaboração, trabalho conjunto e parceria nos investimentos. O diálogo, o planejamento participativo e a definição de prioridades, entre dois ou mais municípios, são fundamentais para avançar em ações

#DeOlhoNaMetrópole

e obras de melhoria urbana. A existência de um fundo metropolitano é importante para permitir ações de longo prazo; articular políticas setoriais, como moradia social, saneamento ambiental e mobilidade urbana, coleta de lixo, drenagem, etc.

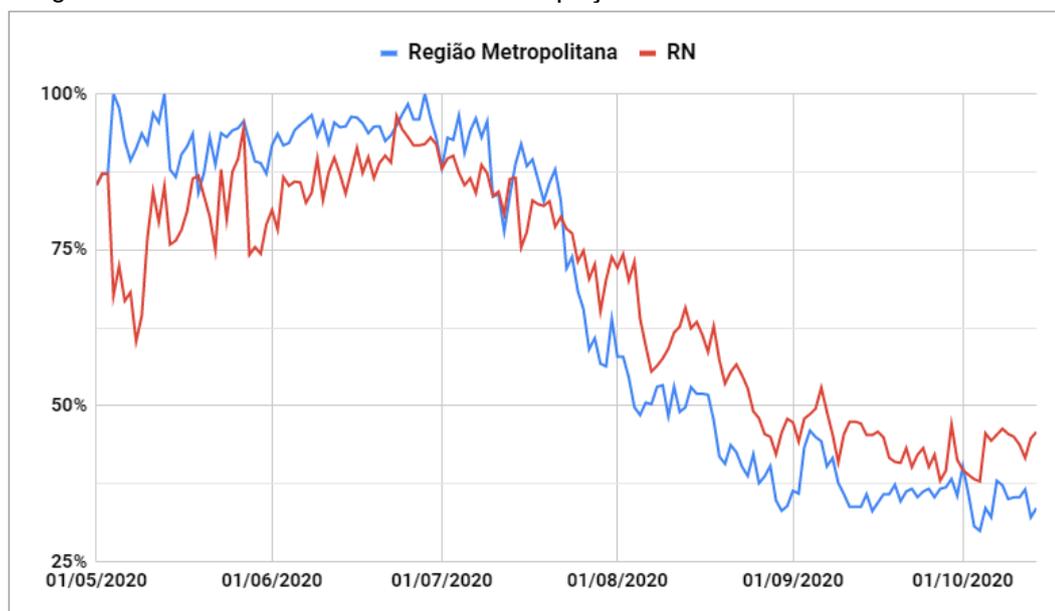
Como os gestores públicos municipais podem colaborar?

São muitas possibilidades de atuação: inserir no Plano Diretor Municipal ferramentas colaborativas ao planejamento metropolitano; destinar recursos e terrenos para projetos (moradia ou escolas) que atendam a mais de uma comunidade nos limites municipais; estimular a participação da população em projetos e obras de interesse comum; buscar fontes de investimentos que privilegiem ações integradas; dialogar com o Parlamento Comum e com a coordenação estadual da RMNatal ampliando o trabalho conjunto.

Como foi a gestão da crise da Covid-19 no contexto da RMN?

Com a pandemia causada pelo novo coronavírus, as diversas crises geradas pelo seu rápido contágio foram ampliadas na Região Metropolitana de Natal. A RMN concentra 46% da população do RN (IBGE, 2010), aumentando o risco de transmissão do vírus por contato.

Figura 07 – Gráfico referente à taxa de ocupação de leitos entre abril e outubro de 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde — LAIS/UFRN (2020).

Durante a pandemia, as pessoas demandaram de forma mais frequente os hospitais que, muitas vezes, não estavam preparados para receber e atender adequadamente todos os cidadãos infectados, gerando o encaminhamento e a procura pelos serviços em municípios vizinhos. Como a RMN também lidera na quantidade de equipamentos públicos de saúde, ela acabou recebendo uma grande procura por parte dos cidadãos que não foram atendidos em outras regiões. Além disso, a pandemia trouxe reflexos aos comércios, à agricultura e à indústria e, conseqüentemente, à economia e ao aumento da pobreza. Muitos indivíduos

#DeOlhoNaMetrópole

perderam seus empregos e outros foram impactados pela suspensão do sistema de transporte da capital. Foi uma crise geral.

O fato é que faltou diálogo para a gestão da crise. O contágio do vírus, que se dá por meio do contato, encontrou um cenário de desencontro de medidas, já que, em alguns momentos, nem todos os comércios e serviços foram suspensos ao mesmo tempo, gerando território com transmissão acentuada e, por consequência, aumentando o desafio da contenção da doença.

Mas o que poderia ser feito? As políticas sociais podem ser pensadas para a metrópole?

Os problemas sociais, como a pobreza e a desigualdade, estão presentes em todo o país. Na região metropolitana essa realidade não é diferente: todos os municípios enfrentam de forma maior ou menor tais problemas. Além disso, a Constituição Federal de 1988 estabelece como responsabilidades de todos os municípios ações na área social, como as políticas de saúde, educação e assistência social. Mesmo que os problemas apresentem diferenciações quanto à proporção, existem deficiências no atendimento ao cidadão que são compartilhadas e que, por vezes, geram reflexos negativos em municípios vizinhos. Por isso, é importante que as soluções aos problemas comuns sejam pensadas de forma dialogada pelos municípios, gerando economia de recursos públicos e maior garantia de atendimento ao cidadão.

Como os gestores públicos municipais podem colaborar para a gestão de crises futuras?

A pandemia da Covid-19 nos ensinou que resolver problemas de forma isolada gera reflexos negativos para os cidadãos. Ainda nesta crise, e nos contextos futuros, os prefeitos devem optar por realizar diálogo frequente para a solução dos problemas. Os vereadores, por sua vez, podem atuar para facilitar o diálogo e fiscalizar a atuação dos prefeitos, estimulando uma gestão compartilhada.

Os problemas ambientais podem ser metropolitanos?

A histórica ausência de ações voltadas à proteção do meio ambiente tem gerado reflexos nas cidades, como a ocorrência de enchentes, a poluição da água, do solo e do ar. O que muita gente não sabe é que tais problemas não são provocados apenas pelos moradores de uma cidade e que os efeitos do dano ambiental podem atingir municípios diversos. Em uma região metropolitana, os limites entre os municípios não possuem barreiras físicas. Na verdade, uma das características dessas regiões é, em muitos casos, a proximidade entre cidades. Por isso, torna-se cada vez mais recorrente que os problemas ambientais e a ausência de políticas públicas afetem diretamente municípios vizinhos.

Figura 08 – Descarte inadequado de resíduos sólidos em Natal



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Silveira (2018).

#DeOlhoNaMetrópole

Por exemplo: a gestão de resíduos sólidos pode ser pensada para a metrópole?

Uma das questões ambientais mais marcantes nas cidades brasileiras, atualmente, é a destinação inadequada do lixo (os resíduos sólidos urbanos). O descarte incorreto efetuado diariamente pela população, sem que exista a correta solução para esses materiais, gera o seu acúmulo na natureza, dando origem aos lixões a céu aberto, ao entupimento de bueiros, às enchentes, à poluição do solo e da água. Em todos os municípios de uma região metropolitana há a geração de resíduos, em maior ou menor quantidade. Por isso, trata-se de um problema comum. A solução ambientalmente adequada para os resíduos sólidos requer a disposição em aterros sanitários e a adoção de estratégias voltadas à reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e aproveitamento energético. Esse conjunto de ações pode ser compartilhado pelos municípios metropolitanos, reduzindo os custos de operacionalização e gerando amplos benefícios ambientais.

Qual a situação da RMN? Como os gestores públicos municipais podem colaborar?

Na Região Metropolitana de Natal, apenas 7 municípios destinam seus resíduos ao aterro sanitário localizado em Ceará-Mirim. Dessa forma, pelo menos 8 cidades ainda possuem lixões. Somente 84% dos materiais descartados são coletados (Plano Estadual de Gestão de RS, 2017) e apenas 78% dos cidadãos metropolitanos possuem coleta dos resíduos domiciliares (IBGE, 2010).

Figura 09 – Acúmulo de resíduos sólidos na Estação de Transbordo de Natal/RN (bairro de Cidade Nova)



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Silveira (2018).

#DeOlhoNaMetrópole

Além disso, a RMN não conta com uma estratégia ampla que inclua a coleta seletiva em todos os municípios, situação que aumenta os gastos públicos com os resíduos e os danos ambientais causados. Aos gestores municipais cabe conhecer o contexto e buscar a criação de estratégias comuns que superem a lógica do descarte e da solução isolada, dando espaço a uma gestão compartilhada entre os municípios.

Figura 10 – Desafios da gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de Natal



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Silveira (2018).

O QUE É UMA POLÍTICA HABITACIONAL NA METRÓPOLE?

O que é uma política habitacional na metrópole?

O lugar da nossa moradia está sempre em algum município. Mas nas regiões metropolitanas o arranjo de municípios integra bairros, ruas, terrenos vazios e acaba por influenciar a qualidade de vida nas áreas residenciais. Os deslocamentos casa-trabalho-casa acabam forçando milhares de pessoas a se deslocarem de um município a outro todos os dias. Assim, pensar uma política de habitação na metrópole é atender a qualidade de vida de grande parte da população — em um local adequado, com infraestrutura, acessibilidade e respeito ao meio ambiente. Não só produzir casas, mas produzir espaços de vida que permitam o desenvolvimento urbano e metropolitano de modo articulado na metrópole.

Figura 11 – Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal



Fonte: Glenda Dantas (2017)

#DeOlhoNaMetrópole

Quais os principais desafios à habitação na metrópole?

O déficit habitacional representa o número de moradias necessárias para atender famílias que moram de modo improvisado, em coabitação ou com aluguel excessivo. Para produzir mais moradias na metrópole, precisamos de: terrenos adequados e bem localizados, acesso ao saneamento básico, disponibilidade de transporte coletivo e segurança. Isso passa por uma política habitacional metropolitana que junte esforços (e recursos) para atender de modo satisfatório a essas famílias.

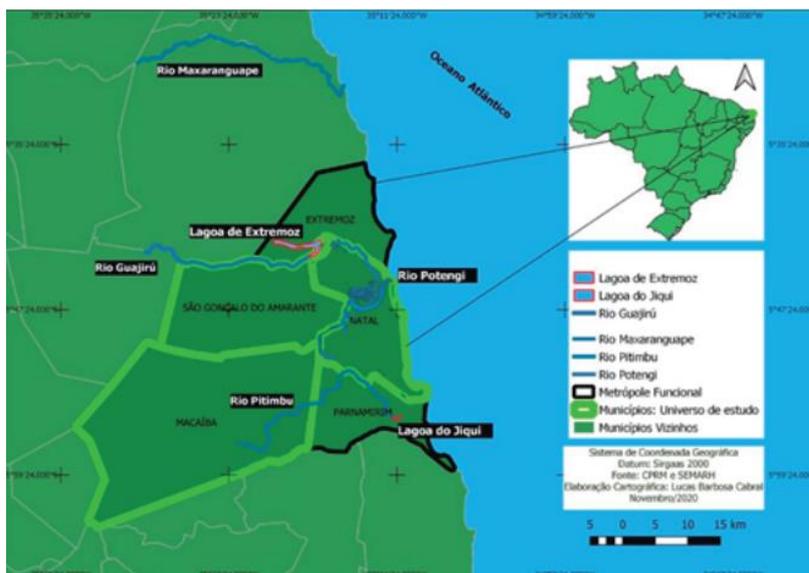
Como os gestores urbanos municipais podem colaborar?

Desenvolvendo sua política habitacional de modo articulado com os demais municípios vizinhos, evitando a competição por espaços, o que acaba por encarecer a terra urbana. Trabalhando a instalação de projetos (água, esgotamento, transportes) de modo integrado a favorecer as comunidades já assentadas e evitar construir conjuntos habitacionais em áreas distantes do centro urbano.

É muito importante saber de onde vem a água que consumimos

O suprimento de água atual da capital potiguar é feito por mananciais de superfície, como as Lagoas do Jiqui e de Extremoz, que são alimentados, respectivamente, pelos rios Pitimbu e Guajirú, além do Rio Maxaranguape, que é outra fonte superficial também responsável pelo suprimento de água da área urbana de São Gonçalo do Amarante. É através das bacias hidrográficas desses rios que se realiza a gestão dos mananciais de superfície.

Figura 12 – Principais corpos aquáticos na Região Metropolitana de Natal

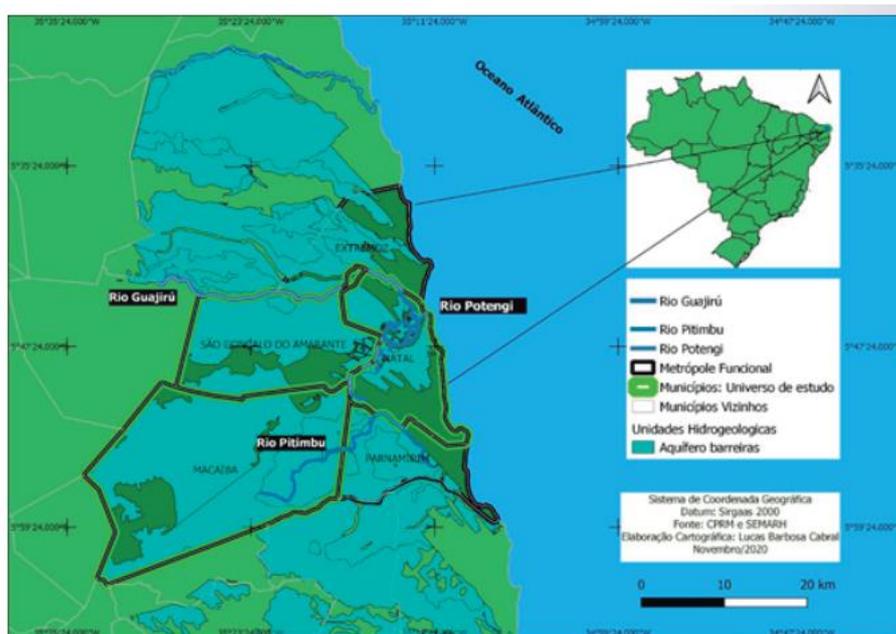


Fonte: Elaborado por Lucas Barbosa Cabral, com base nos dados da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM — e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos — SEMARH (2020).

Outra fonte importante é o aquífero subterrâneo conhecido como Dunas-Barreiras, que abastece os municípios de Natal, Parnamirim e Macaíba. No caso de Natal, esse aquífero está limitado pela margem direita do Rio Potengi (zona oeste), pela margem esquerda do Rio Pitimbu (zona sul) e pelo Oceano Atlântico (zona leste).

Figura 13 – Principais bacias hidrográficas na Região Metropolitana de Natal

#DeOlhoNaMetrópole



Fonte: Elaborado por Lucas Barbosa Cabral com base nos dados da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM — e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos — SEMARH (2020).

A governança metropolitana deve assegurar a qualidade do serviço público e o acesso universal à água. É fundamental que se promova:

1. Integração das políticas públicas, principalmente entre as políticas de saneamento e a política territorial urbana, com destaque para os planos diretores;
2. Desenvolvimento do Plano Integrado das Bacias pelo Governo do Estado, com gestão interfederativa e considerando oferta hídrica e adensamento no curto médio e longo prazos;
3. Aplicação de instrumentos de gestão das bacias a exemplo do consórcio público, com gestão associada entre os municípios integrantes das bacias;
4. Previsão da prospecção de fontes alternativas às atuais, a exemplo das águas de reuso, incluindo aquelas oriundas das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), contando com a elaboração de um plano estratégico visando comparar as diferentes possibilidades e formas de utilização de água de chuva, água de reuso, aquífero infrabarreiras (aquífero Beberibe), água do mar, rio Potengi, projetando cenários de curto, médio e longo prazos, além das medidas de contingências.

A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

A questão ambiental no contexto da Região Metropolitana de Natal

A questão ambiental é uma das problemáticas mais importantes para a gestão dos territórios na atualidade, tendo em vista o consumismo exacerbado e a exploração intensiva dos recursos naturais inerentes às dinâmicas e aos interesses econômicos. Estes, por sua vez, ampliam as condições de desigualdades e vulnerabilidades, com maior exposição aos riscos socioambientais que estão também atrelados às dinâmicas urbanas dominantes, e têm nas áreas metropolitanas sua explicitação mais complexa.

Nesse sentido, para respostas aos problemas ambientais, é preciso pensar de forma integrada, especialmente, nos contextos das cidades, considerando também os recortes regionais, como o metropolitano. Isso porque, no contexto das cidades e das áreas metropolitanas, os problemas ambientais precisam ser pautados num viés de sustentabilidade, resiliência e adaptação como princípios essenciais em cenários de mudanças climáticas, como: 1) saneamento ambiental; 2) preservação e conservação ambiental; 3) gestão dos riscos socioambientais; 4) resposta às mudanças climáticas; 5) controle de emissões dos Gases do Efeito Estufa (GEE); 6) planejamento urbano e ambiental dos territórios; 7) das características populacionais e de suas mobilidades socioespaciais.

No contexto da Região Metropolitana de Natal (RMN), os indicadores para constituição de território integrado a uma agenda voltada para a busca de soluções de problemas ambientais, como as agendas para cidades sustentáveis, que apresentam muitos desafios — como aponta Araújo (2019)¹ através dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Regional e Urbano para Cidades Sustentáveis (IDRUCS) na Tabela 1, que indica desempenho 0,61 que corresponde ao resultado “médio” da RMN neste Índice.

¹ ARAÚJO, Ana Célia Baía. Desenvolvimento urbano-regional e cidades sustentáveis no contexto das regiões metropolitanas nordestinas. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

#DeOlhoNaMetrópole

Tabela 01 – Indicadores do IDRUCS e resultado final para a RMN

RM	Índice de Vulnerabilidade Sócio-Climática	Pop. urbana em áreas de risco	Índice Firjan de Desenv.M municipal	Pop. ocupada em trabalho formal	Média salarial da RM ante a média do Nordeste	Índice de Bem-Estar Urbano	IDRUCS final
RM Natal	Muito alta	2,85%	0,6601 (moderado)	13,1%	132%	0,713 (médio)	0,61 (médio)

Fonte: Araújo (2019).

Os desafios em superar os problemas ambientais em territórios como a RMN requerem inserir a gestão das questões ambientais nas agendas governamentais integradas à efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (TEIXEIRA et al., 2020) ² que coadunem com a construção de dinâmicas territoriais em equilíbrio com a manutenção dos ecossistemas naturais existentes e manutenção dos direitos com justiça socioambiental, compreendendo que as consequências dos problemas ambientais ultrapassam os limites territoriais da organização do estado, dos municípios e se expressam também em escalas regionais.

² TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes et al. Adaptação climática no contexto das cidades brasileiras: reflexões à luz da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. PerCursos, Florianópolis, v. 21, n.46, p. 05-24, maio/ago. 2020.

QUAL A SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DA RMN?

Qual a situação do mercado de trabalho da RMN?

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal é heterogêneo e fortemente polarizado por Natal. Mesmo composto, em sua maioria, por empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, possui 1 em cada 4 ocupados trabalhando por conta própria e um significativo grau de informalidade. Os setores da RMN que mais empregam são: Construção, Administração Pública e Alojamento e Alimentação, o que reforça a importância do turismo. A Administração Pública, sozinha, responde por cerca de 40% de toda a massa de rendimentos do trabalho da RMN (primeiro trimestre de 2020). Nesse mesmo período, 110 mil pessoas se encontravam desocupadas, o que representava uma taxa de 14,4% (IBGE-PNADC).

Figura 14 – Gráfico de participação da população ocupada por posição de ocupação na Região Metropolitana de Natal no 1º trimestre de 2020



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (2020).

#DeOlhoNaMetrópole

Quais os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho da RMN?

A pandemia trouxe impactos expressivos para os trabalhadores, com redução da ocupação e elevação da subutilização da força de trabalho, que chegou a 32,9% no 2º trimestre deste ano (IBGE-PNADC). Comércio, serviços domésticos, transportes e outros serviços foram os que mais desempregaram. A redução efetiva da massa de rendimentos da classe trabalhadora foi amenizada pelas medidas emergenciais e pela manutenção dos salários do funcionalismo público, que contribuíram para preservar relativamente a renda e o consumo.

Como os gestores públicos municipais podem colaborar?

Com políticas voltadas à retomada das atividades econômicas e para a geração de emprego, trabalho e renda. No curto prazo, as de capacitação dos trabalhadores e de aprimoramento e regulamentação de setores específicos, como a atividade turística, os serviços e o comércio. De contratação de profissionais da área da saúde para o enfrentamento da pandemia. As prefeituras também podem fomentar o desenvolvimento e uso de novas tecnologias e aplicativos. Além disso, é possível promover a economia solidária nos municípios.

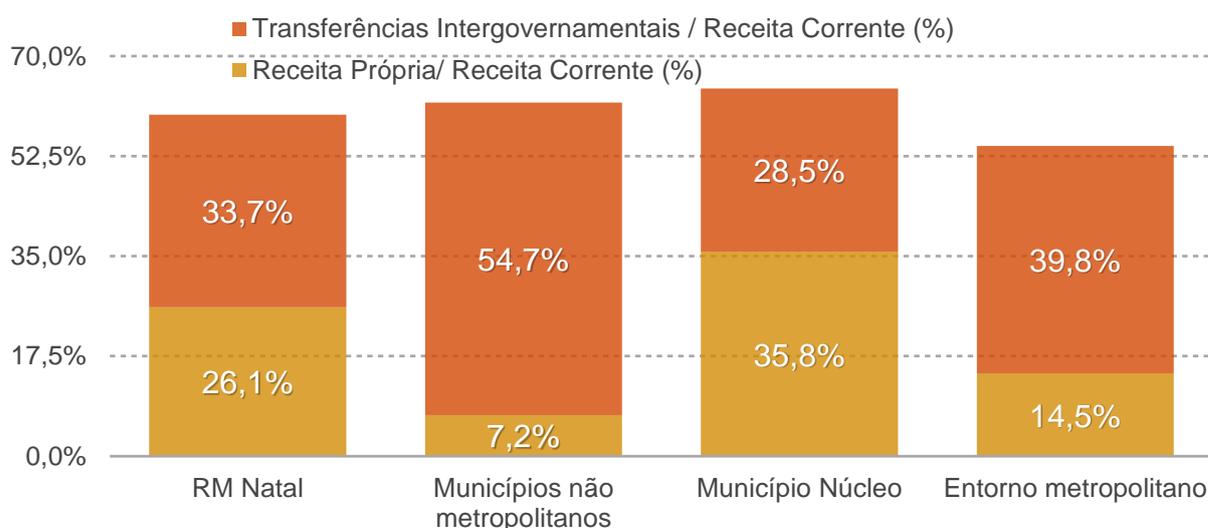
No médio e longo prazo, são necessárias estratégias conjuntas, de interesse metropolitano, para aumentar os investimentos, especialmente em infraestrutura econômica e social, como forma de superar as limitações financeiras dos municípios, especialmente os de menor porte, e de promover a volta continuada dos empregos.

QUAL A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL?

A descentralização advinda da Constituição de 1988 tem sido um processo que fortalece o poder político e econômico dos municípios brasileiros. Do ponto de vista fiscal, os municípios foram os maiores beneficiários da descentralização, aumentando a receita própria, a despesa pública (particularmente nos gastos em saúde, educação e seguridade social), bem como a dependência do repasse de recursos federais.

Embora tenhamos acompanhado a diminuição do desequilíbrio vertical — entre a distribuição de receitas e de responsabilidades entre os entes da federação — expandiram-se, ao longo desses anos, os desequilíbrios horizontais (regionais e entre os municípios). No que se refere à receita municipal, é evidente a importância da receita própria para os municípios metropolitanos. Isso se deve à característica dos próprios impostos municipais: os principais impostos, IPTU e ISS, são iminentemente urbanos. A arrecadação desses impostos é tanto maior quanto mais se desenvolvem serviços avançados, o que é característico de centros urbanos localizados na região metropolitana.

Figura 15 – Gráfico de receita fiscal dos municípios do Rio Grande do Norte — receita própria e transferência intergovernamental em 2018



Fonte: Elaboração própria (2020), com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional – STN / Ministério da Fazenda (2018).

#DeOlhoNaMetrópole

A participação da RMNatal na receita fiscal do Rio Grande do Norte concentra aproximadamente 70% do total da arrecadação própria do estado, de acordo com os dados mais atualizados da Secretaria do Tesouro Nacional (2018). Somente nos municípios metropolitanos, que concentram maior população e atividade econômica, a capacidade de arrecadação da receita própria de impostos (IPTU, ISS e Taxas) chega a 26.1% de sua receita corrente. Os municípios não metropolitanos, por concentrarem menor população e possuir um PIB menos complexo, não conseguem garantir uma base tributária própria mais ampla, arrecadando cerca de 7.2% da receita corrente.

O município núcleo, Natal, mais adensado e com atividade econômica intensa, concentra mais que a arrecadação média de receita própria na região metropolitana, chegando a 35.8% da sua receita corrente. Os municípios do entorno metropolitano apresentaram o dobro da arrecadação própria dos municípios não metropolitanos, aproximadamente 14.5%. Entre as transferências intergovernamentais, a RMN se concentra nos critérios de partilha que levam em conta a atividade econômica dos municípios, como no ICMS e no IPVA (33.7%).

Já os não metropolitanos têm nas transferências redistributivas, principalmente o FPM, sua fonte mais expressiva de receita (54.7%). Para o município núcleo, o volume reflete um desempenho bem inferior se comparado com o entorno metropolitano (28.5%). Os municípios do entorno metropolitano também mostraram uma forte dependência das transferências redistributivas e devolutivas (ICMS, IPVA) como fonte expressiva de receita (39.8%).

O cenário de crise econômica agravado pela pandemia da Covid-19 tem trazido mais pressão sob as finanças municipais, afetando principalmente as despesas de custeio, como a saúde, educação e a seguridade social. Esse cenário adverso cria novos desafios: seja pelas condições desiguais que os governos municipais possuem para dar resposta ao problema, seja pela rigidez da estrutura fiscal brasileira.

Aspectos fiscais da RMNatal – despesas, gasto social e gasto urbano

A análise da situação fiscal dos municípios metropolitanos pode ser aprofundada com o uso de indicadores fiscais de despesa que permitem determinar o volume de recursos públicos investido nas áreas social e urbana nos municípios da Região Metropolitana de Natal.

Conforme podemos ver nos dois mapas para o ano de 2018³, a parcela de gastos correspondentes à área social (IND305) — Assistência Social, Previdência Social, Saúde e Educação — manteve-se acima dos 50% em relação à despesa total, muito devido às vinculações de recursos mínimos previstos pela Constituição Federal, que condicionam fortemente o gasto municipal. Por sua vez, a parcela de gastos direcionados à área urbana (IND306) — Saneamento, Gestão Ambiental, Urbanismo e Habitação — é composta sobretudo por despesas com serviços urbanos, e não possuem a mesma vinculação obrigatória presente na função social, possuindo uma característica mais discricionária.

³ Último ano disponível na base de dados fiscais do Tesouro Nacional reportados pelos municípios brasileiros.

#DeOlhoNaMetrópole

Figura 16 – Mapa da RMNatal com gasto social em relação à despesa total (em %) em 2018

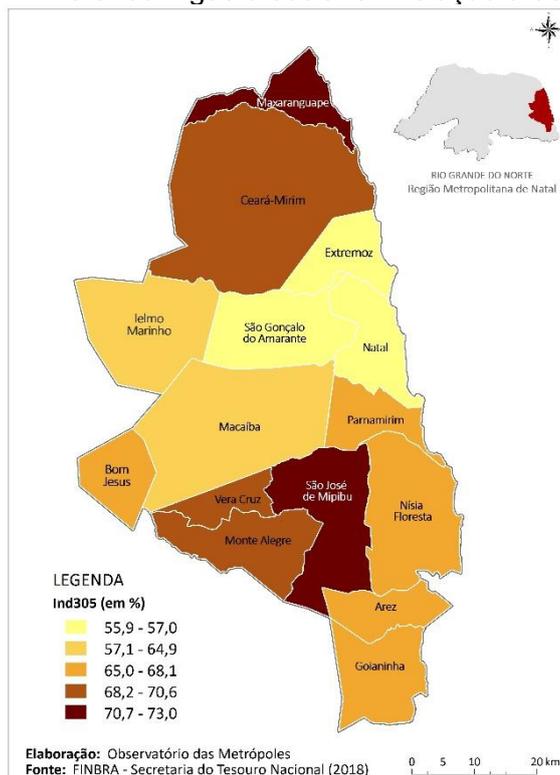
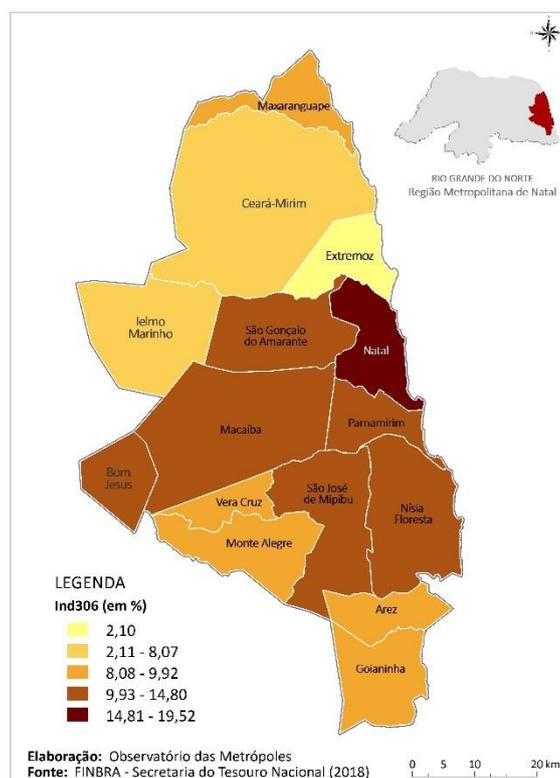


Figura 17 – Mapa da RMNatal com gasto urbano em relação à despesa total (em %) em 2018



#DeOlhoNaMetrópole

Os municípios que ficam fora do arco da metrópole funcional (Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz) tenderam a apresentar maiores volumes de gasto social na estrutura da despesa municipal. Desses, Maxaranguape e São José de Mipibu foram os municípios que apresentaram uma proporção bem acima do mínimo constitucional em 2018 (entre 70,7% e 73% da despesa total municipal).

Por sua vez, o município núcleo (Natal), como nos demais municípios do entorno metropolitano, favorece um maior volume de gasto urbano sobre o social, priorizando entre 9,93% e 19,52% dessa rubrica na despesa total municipal. Municípios mais distantes da capital apresentaram uma proporção menor do gasto urbano (entre 2,10% a 9,92% da despesa total). Extremoz foi o município que priorizou outras despesas (menos que 2% da despesa total no urbano e o mínimo constitucional no social, entre 55% e 57% da despesa).

Importante lembrar que a rigidez do gasto social não se limita às obrigações que resultam das vinculações de receita. Outras despesas de difícil compressão — serviço da dívida, Legislativo e despesas com pessoal estatutário — podem restringir a liberdade fiscal dos gestores municipais.

Fundo metropolitano

Um dos incentivos para as políticas de interesse comum entre os municípios são os fundos metropolitanos que se dirigem para responder o problema da fragmentação político-administrativa nas áreas metropolitanas, baseando-se na cooperação e envolvendo uma alta complexidade de escala, recursos focalizados e decisões compartilhadas.

O objetivo do fundo metropolitano é incentivar a construção de benefícios metropolitanos e também criar estruturas de tomada de decisão com uma perspectiva regional que transcenda os interesses de um grupo de atores ou municípios. Conceitualmente, ele se aproxima do modelo de governança metropolitana na medida em que tem potencial para criar fóruns para gerar consenso e dar uma perspectiva regional a determinadas obras públicas.

O fundo metropolitano pode envolver recursos federais dedicados à execução de estudos, programas, projetos, ações e obras de infraestrutura pública e seus equipamentos, e tem por função: a) impulsionar a competitividade econômica e as

#DeOlhoNaMetrópole

capacidades produtivas das regiões metropolitanas; b) contribuir para a sua viabilidade e mitigar a sua vulnerabilidade ou risco por fenômenos naturais, ambientais, demográficos e econômicos; e (c) incentivar a consolidação urbana e o melhor aproveitamento das vantagens competitivas do funcionamento regional, urbano e econômico do espaço territorial da região metropolitana.

A adesão de representantes dos poderes Executivo e Legislativo municipais se constitui como ponto fundamental para uma gestão metropolitana. Ações pautadas nos elementos de cooperação e coordenação têm como base a pactuação política.

As relações intergovernamentais encontram um ambiente favorável quando os municípios integrantes da metrópole são governados por uma base política aliada, o que, em tese, facilitaria a cooperação e a coordenação para planos, programas e projetos comuns.

A RMN tem a maior parte do eleitorado do Rio Grande do Norte o que torna a metrópole estratégica para as disputas. Após as eleições de 2020, esse foi o quadro partidário dos governantes dos municípios da Região Metropolitana de Natal:

Tabela 02 – Eleitores da Região Metropolitana de Natal e partidos dos prefeitos eleitos (2020)

Município	Quantidade de eleitores (2020)	% em relação ao RN	Partido dos Prefeitos eleitos
Arês	10.595	0,4%	REPUBLICANOS
Bom Jesus	8.306	0,3%	PSDB
Ceará-Mirim	53.136	2,2%	PSD
Extremoz	24.189	1,0%	PROS
Goianinha	20.172	0,8%	PL
Ielmo Marinho	10.689	0,4%	PSDB
Macaíba	50.091	2,0%	PL
Maxaranguape	8.750	0,4%	PSDB
Monte Alegre	16.359	0,7%	PL
Natal	560.929	22,8%	PSDB
Nísia Floresta	20.121	0,8%	PSDB
Parnamirim	125.346	5,1%	REPUBLICANOS
São Gonçalo do Amarante	69.027	2,8%	PROS
São José de Mipibu	30.873	1,3%	MDB
Vera Cruz	10.086	0,4%	DEM
Total RMN	1.018.669	41,6%	-
Total RN	2.447.178		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020), a partir de dados do TSE (2020).

A gestão metropolitana, muitas vezes, trafega por um cenário de desconfiança pela maioria dos atores políticos. Um dos problemas que afeta a metrópole são os

#DeOlhoNaMetrópole

aspectos político-partidário e as dificuldades de interação entre os diversos níveis de governo.

Nas eleições de 2020, o quadro partidário dos governantes dos municípios da RMN teve a recondução de sete prefeitos, incluindo as duas maiores cidades da RMN (Natal e Parnamirim). O PSDB, partido de oposição ao governo do estado (PT), saiu vitorioso em cinco municípios (Bom Jesus, Ielmo Marinho, Maxaranguape, Natal e Nísia Floresta). A capital Natal, por sua vez, já era governada pelo PSDB, que desenhou, durante a campanha, uma oposição ao governo do estado no enfrentamento da Covid-19, dificultando a comunicação entre a governadora e o prefeito na resolução de problemas comuns.

O PL também obteve a conquista de três prefeituras (Goianinha, Macaíba e Monte Alegre), partido que também possui uma agenda de oposição ao partido da governadora. PROS e Republicanos elegeram prefeitos em dois municípios metropolitanos e PSD, MDB e DEM contam com um representante no poder Executivo de Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Vera Cruz. Tal composição evidenciou que o poder do partido político que se encontra à frente do Executivo estadual, e, conseqüentemente, o apoio para a formação política e institucional da RMN, foi minimizado nas eleições de 2020.

Durante a campanha para as eleições 2020, o Observatório das Metrópoles Núcleo Natal lançou a Carta-Compromisso às Candidatas e aos Candidatos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais nas Eleições 2020, direcionada aos pleiteantes dos 15 municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN). A ideia era que a(o) candidata(o) explicitasse seu compromisso com o diálogo e a gestão metropolitana nas mais diversas áreas das políticas públicas, possibilitando o início de um diálogo mais próximo entre os municípios, ao mesmo tempo em que chamava atenção dos futuros eleitos para o tema metropolitano. Dentre os eleitos, apenas 5 (cinco) candidatos assinaram a referida carta, sendo eles dos municípios de Natal, Parnamirim e Bom Jesus, demonstrando baixo interesse pela temática e pouca adesão a iniciativas voltadas ao compromisso com a metrópole. Cabe o destaque que o município de Natal, polo da RMN, pela primeira vez, assumiu publicamente um compromisso com a gestão metropolitana, significando um avanço nas futuras pactuações entre municípios e o governo do estado.

Dessa forma, a partir da composição partidária e da experiência com a Carta-Compromisso, temos indícios de que as relações entre os municípios serão muito

#DeOlhoNaMetrópole

mais de conflito ou de inércia do que de comunicação e cooperação, visto que não será fácil, dentro da dimensão político-partidária, o relacionamento entre os prefeitos e desses com o governo do estado.

Candidatos eleitos que assinaram a carta de compromisso com a RMN:

Candidatos ao Legislativo em Natal:

Divaneide Basílio (PT)

Kleber Fernandes (PSDB)

Candidatos ao Executivo em Natal:

Álvaro Dias (PSDB)

Candidatos ao Legislativo em Parnamirim:

Rhalessa de Clênio (PTB)

Candidatos ao Executivo em Bom Jesus:

Clécio da Câmara (PSDB)

Em um mundo cada vez mais conectado e informatizado, todas as atenções são voltadas às infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação (TICs) de que a metrópole dispõe para proporcionar o seu desenvolvimento. Nesta questão, a metrópole tem papel essencial por concentrar, em maiores números, a população, a renda, a mão de obra qualificada, os serviços de alta complexidade e o maior acesso às tecnologias presentes em um território, tornando-se local fértil para o desenvolvimento das TICs. No entanto, essa fertilidade necessita de investimentos adequados nessa área, garantindo não somente uma infraestrutura que viabilize o desenvolvimento tecnológico e metropolitano, integrando o território e o colocando em posição estratégica, como também permitindo que ela seja acessível e abrangente enquanto um bem público e de serviço essencial para a população, dentro e fora da metrópole.

Na Região Metropolitana de Natal, notam-se destaques em infraestruturas de TICs que acompanham o processo de conurbação: infraestruturas de comunicações, infraestruturas de cabeamento óptico e infraestruturas de produção de tecnologias.

As principais infraestruturas básicas de comunicação são as estações de radiobase (ERBs), responsáveis pela viabilização dos serviços de telefonia móvel. A RMN comporta 743 ERBs, o que totaliza aproximadamente 2.195 habitantes para cada ERB presente na metrópole. No entanto, aproximadamente 66% dessas ERBs se localizam no município de Natal, tendo em vista a maior concentração de habitantes neste município (TELEBRASIL, 2020; IBGE, 2020).

As infraestruturas de cabeamento óptico presentes na RMN são oriundas principalmente da Eletronet, que provê serviços de transporte de dados e trânsito IP para operadoras de telecomunicações e provedores de internet privado e o PoP-RN (da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), provedor de conectividade à internet e de serviços voltado ao atendimento de diversas instituições de ensino superior, de pesquisa e do governo no Rio Grande do Norte. Deste último, surgiram a Rede Giga Natal, oferecendo serviços de integração e de acesso ao ponto de tráfego de troca a partir de uma infraestrutura de 40 km de fibra óptica exclusiva no município de Natal,

#DeOlhoNaMetrópole

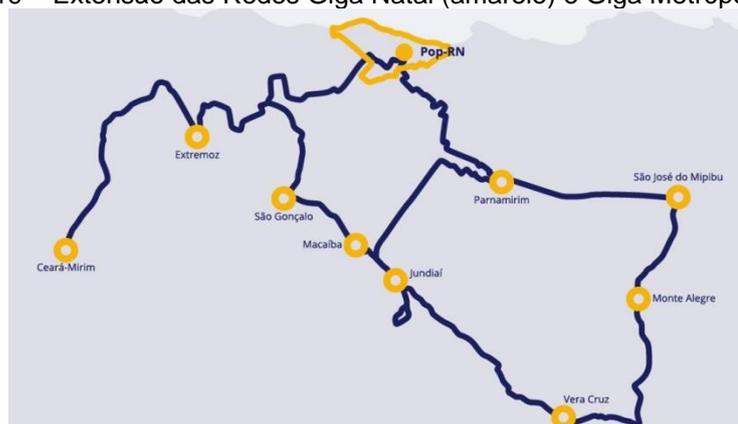
e a Rede Giga Metrópole, que expandiu essa rede em aproximadamente 500 km, se estendendo pelos municípios metropolitanos. Na RMN existe ainda dois pontos de interconexão (PTT) dos pontos de troca de tráfego para a interconexão direta entre as redes que compõem a Internet Brasileira, localizados em Natal (PoP-RN) e outra na empresa Cabo Telecom.

Figura 18 – Extensão da Rede de dados Eletronet (detalhe)



Fonte: ELETRONET (2020).

Figura 19 – Extensão das Redes Giga Natal (amarelo) e Giga Metrópole (azul)



Fonte: Instituto Metrópole Digital (IMD/UFRN) (2017).

H  também aquelas que buscam produzir TICs. Em Natal, estão localizadas as Incubadoras Tecnológicas Natal Central e Inova Metrópole, conduzidas pelo IFRN e a UFRN, respectivamente. Em 2019, o Parque Tecnológico Metrópole Digital instalou 46 empresas com mais de 700 empregados. O novo Parque Científico e Tecnológico, denominado Augusto Severo, está em implementa o no município de Macaíba,

#DeOlhoNaMetrópole

sendo o primeiro fora de Natal. A questão que fica é a necessidade de infraestruturas que sejam acessíveis a todo território metropolitano.

É possível planejar em nível metropolitano?

Sim! E de forma participativa esse planejamento será ainda mais legítimo. Para fechar o primeiro ciclo de cartilhas do projeto #DeOlhoNaMetrópole, vamos chamar a atenção para a principal ferramenta para a realização de um bom governo: o planejamento.

O planejamento participativo entrou em cena no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, a qual requer um novo modelo de planejamento governamental, que inclua a participação da sociedade no processo de tomada de decisão. Como instrumentos de planejamento, podem ser citados: O Plano Plurianual — PPA, válido por 4 anos; a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual — LOA, que é o orçamento público propriamente dito, válido por um ano.

O Plano Plurianual consiste em um planejamento de médio prazo que deve ser obrigatoriamente elaborado pelo Poder Executivo (Federal, Estadual e Municipal) e aprovado pelo Legislativo, contendo os programas, ações e metas, além da respectiva previsão de recursos a serem executados em 4 anos. Ao longo dos anos, ocorreram avanços nas práticas de elaboração dos Planos Plurianuais Participativos (PPP) ou PPAs Participativo.

O Governo Federal, por exemplo, criou o Fórum Interconselhos para a elaboração do PPA 2012-2015 (Plano Mais Brasil). Alguns municípios brasileiros, por sua vez, vêm adotando estratégias de diálogo com a população. Mas ainda é preciso avançar. No mesmo sentido, o diálogo metropolitano requer atenção quando o tema é planejamento. Se os municípios metropolitanos possuem diversos problemas comuns (como questões urbanas, gestão dos resíduos sólidos, habitação, transporte público, entre outros), o melhor caminho a adotar é o planejamento compartilhado. Nesse sentido, os municípios podem e devem dialogar durante a elaboração dos PPAs, identificando seus principais entraves e construindo ações que possam estar presentes em cada um dos planos plurianuais, sendo este o primeiro passo para a execução de políticas compartilhadas. Um PPA elaborado a partir da participação dos municípios metropolitanos viabilizará a solução dos problemas comuns. O viés

#DeOlhoNaMetrópole

participativo, por sua vez, possibilitará a construção de ações prioritizadas pela própria sociedade.

Será que é viável?

Durante o ano de 2017, o Observatório das Metrópoles (Núcleo Natal) apoiou a iniciativa da Prefeitura de Natal e colaborou com Oficina de Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. A iniciativa buscava envolver todos os municípios da Região Metropolitana de Natal em momentos de capacitação e planejamento conjunto. Na oportunidade, os gestores públicos e pesquisadores participantes elaboraram uma ação a ser replicada em todos os PPAs municipais. Tratou-se de uma primeira iniciativa que poderá ser novamente realizada no próximo ciclo de elaboração dos Planos Plurianuais municipais.

Figura 20 – Oficina de Elaboração do Plano Plurianual



Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles (2018).

Cabe ao poder Executivo elaborar o Plano Plurianual. Nesse sentido, os gestores municipais devem buscar dialogar com os municípios vizinhos sobre cada tema considerado como problema comum, prevendo ações em seus planos de forma expressa. Os vereadores também podem colaborar! Durante o processo de elaboração, podem estimular os gestores locais para que busquem dialogar com os demais municípios. Após o envio do plano para o legislativo, o vereador eleito poderá apresentar emendas trazendo a temática metropolitana para o debate.

#DeOlhoNaMetrópole

AUTORES (AS)

Aldo da Fonseca Tinoco Filho (Edição: 8ª)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFRN)

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (Edições: 3ª, 4ª e 7ª)

Professor Doutor do Departamento de Políticas Públicas (UFRN)

Ana Célia Baía Araújo (Edição: 9ª)

Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN)

Brunno Costa do Nascimento Silva (Edições: 1ª, 2ª e 3ª)

Mestre em Ciências Sociais (UFRN)

Cadmiel Mergulhão Onofre de Melo (Edições: 11ª, 12ª e Edição Inédita)

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN)

Cassiano José Bezerra Marques Trovão (Edição: 10ª)

Professor Doutor do Departamento de Economia (UFRN)

Fabiano Jorge Soares (Edição Especial)

Mestrando em Administração Pública e Governo (FGV)

Jaylan Ferreira Macedo (Edição: 3ª)

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN)

João Victor Rocha de Queiroz (Edições: 1ª e 2ª)

Graduando em Gestão de Políticas Públicas (UFRN)

Juliana Bacelar de Araújo (Edição: 10ª)

Professora Doutora do Departamento de Economia (UFRN)

Lindijane de Souza Bento Almeida (Edições: 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 13ª e Especial)

Professora Doutora do Departamento de Políticas Públicas (UFRN)

#DeOlhoNaMetrópole

Lucas Barbosa Cabral (Edição: 8ª)

Graduando em Geologia (UFRN)

Maria do Livramento Miranda Clementino (Edições: 1ª, 2ª, 3ª e 10ª)

Professora Doutora do Departamento de Políticas Públicas (UFRN)

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (Edição: 8ª)

Professora Doutora do Departamento de Arquitetura (UFRN)

Pedro Henrique Correia do Nascimento de Oliveira (Edições: 2ª, 3ª e 4ª)

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN)

Raquel Maria da Costa Silveira (Edições: 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 13ª e Especial)

Professora Doutora do Departamento de Políticas Públicas (UFRN)

Ricardo de Sousa Moretti (Edição: 8ª)

Professor visitante do Departamento de Arquitetura (UFRN)

Richardson Leonardi Moura da Câmara (Edições: 3ª, 11ª e 12ª)

Doutor em Ciências Sociais (UFRN)

Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira (Edição: 9ª)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN)

Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (Edição: 7ª)

Professora Doutora do Departamento de Políticas Públicas (UFRN)

Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros (Edição Especial)

Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais e Política (UERN)

Vassilissa Mendes Barbosa da Silva (Edições: 1ª, 2ª e 3ª)

Graduando em Gestão de Políticas Públicas (UFRN)

Zoraide Souza Pessoa (Edição: 9ª)

Professora Doutora do Departamento de Políticas Públicas (UFRN)

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

O Observatório das Metrópoles é um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) que trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

Os INCTs são grupos de pesquisa na fronteira da ciência, ocupando uma posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia do Brasil. O programa é conduzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Atualmente, a equipe do INCT Observatório das Metrópoles é composta por 282 pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior e distribuídos pelos 16 núcleos regionais da rede. Além do campo acadêmico, o Observatório reúne instituições e pesquisadores dos campos governamental e não governamental. No total, quase 400 pesquisadores colaboram com as nossas pesquisas.

Nessa perspectiva, o INCT Observatório das Metrópoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para o urbano-metropolitano.

Nosso atual programa de pesquisa, intitulado “As Metrópoles e o Direito à Cidade na inflexão da ordem urbana brasileira”, é coordenado por Sergio de Azevedo (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF), com vice-coordenação de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ). O programa tem por objetivo dar continuidade e desdobramentos às atividades de pesquisa, formação de recursos humanos, extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos com a questão metropolitana.

Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as cinco grandes regiões do País (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de

#DeOlhoNaMetrópole

pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana brasileira e suas relações com as desigualdades regionais.

O Núcleo Natal teve origem no Núcleo Avançado de Políticas Públicas da UFRN e desde o início dos anos 2000 é vinculado à Rede Observatório das Metrópoles. Hoje sediado no Departamento de Políticas Públicas (DPP), é constituído por pesquisadores vinculados à UFRN e à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Trata-se de um grupo interdisciplinar de pesquisa, assim vincula majoritariamente pesquisadores de vários programas de pós-graduação (Estudos Urbanos e Regionais, Demografia, Arquitetura e Urbanismo) da UFRN e (Geografia, Recursos Naturais) da UERN. Sua excelência e experiência de realização da pesquisa em rede sobre a temática urbana e metropolitana vêm se consolidando ao longo de duas décadas. Tem participado ativamente e com protagonismo em todas as agendas nacionais de pesquisa da Rede Observatório das Metrópoles

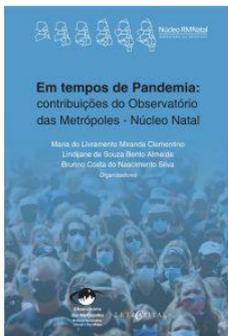
Atualmente, participa do Programa de Pesquisa da Rede Observatório das Metrópoles intitulado “As metrópoles e o direito à cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano”; além de projetos de iniciativa própria e de seus pesquisadores.

#DeOlhoNaMetrópole

Publicações recentes do Observatório das Metrópoles

Núcleo Natal

Em tempos de pandemia: contribuições do Observatório das Metrópoles: núcleo Natal - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.



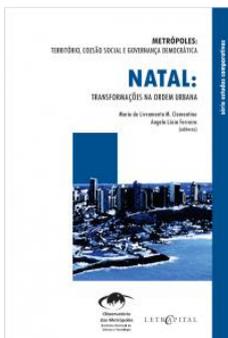
Confira aqui!

Duas décadas da Região Metropolitana de Natal - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2019.



Confira aqui!

Natal: transformações da ordem urbana. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.



Confira aqui!

#DeOlhoNaMetrópole

Fiquem #DeOlho em mais conteúdo!

SIGAM AS NOSSAS REDES

 OMNUCLEONATAL

 OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - NÚCLEO NATAL

 [HTTPS://CCHLA.UFRN.BR/RMNATAL/](https://cchla.ufrn.br/rmnatal/)

 OMNUCLEONATAL@GMAIL.COM

 1ºANDAR - DPP/UFRN, SALA B9

